



XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS PORTO ALEGRE/RS

RELATORIA GT AGB E A REFORMA URBANA I PRÁTICA, INTERVENÇÕES E POLÍTICAS URBANAS GT AGB E A REFORMA URBANA II O LOCAL E SUAS TERRITORIALIDADES URBANO-RURAL

Em meio à grande complexidade dos debates decorrentes do GT de Urbana e a necessidade de elencar pontos específicos, embora não desconsiderando outros temas relevantes, a proposição da atividade empreendida pelo GT de Urbana da AGB, tentando abarcar tais debates, se subdividiu espacialmente em dois, não se fechando entre si, de modo que este relatório consolidará as discussões e proposições elaboradas nos dois ambientes.

Iniciando as atividades, no GT **AGB E A REFORMA URBANA I**, Felipe dá início às atividades do GT apresentando os propósitos deste momento e os pontos que podem ou não ser debatidos, de acordo com o posto no caderno de programação e, após isso, houve a apresentação de slides presentes e a entrega do documento construído coletivamente depois da IV Conferência Nacional das Cidades, distribuído por Victor (João Pessoa). No GT **AGB E A REFORMA URBANA II**, Luiz Carlos Batista (Aquidauana) procedeu a leitura do documento produzido no ENG-SP 2008, que apresentou propostas relativas à Reforma Urbana, criação e fortalecimento do GT de Urbana. Falcão (Uberlândia) discorreu sobre o Estatuto da Cidade, fazendo esclarecimento do seu ponto de vista sobre as cidades/municípios, lei orgânica municipal, etc. Arlete traz o histórico das atividades do GT de Urbana desde a década de 1980, repercutindo nas atividades atuais, como a construção coletiva do documento citado, via internet, além de temas mais específicos de atuação política da entidade, como os fusos horários do Acre, ainda em tramitação no Congresso, bem como questões referentes a uma possibilidade de mudança no Mato Grosso do Sul, onde a seção local de Aquidauana manifestou-se contrária. Após a exposição do objetivo do GT e das atividades que nele podem ser construídas, a leitura em voz alta da carta-documento construído depois da IV Conferência Nacional das Cidades. No GT **AGB E A REFORMA URBANA I**, Victor pergunta as pessoas presentes se sabem se nas Cidades e Estados de onde residem existe efetivado Conselho Municipal e/ou Estadual das Cidades, havendo destaques de Angela (Porto Alegre) considerando a tramitação de criação na escala do município de Porto Alegre o conselho municipal das cidades, outro destaque de um participante cujo nome não foi registrado alegando o caso de Volta Redonda, em que já existe o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e há o pedido de esclarecimento sobre sua funcionalidade e composição. Felipe (Fortaleza) faz o esclarecimento no tocante ao nome do conselho – em que alguns casos a nomenclatura Conselho Municipal das Cidades se consolida enquanto nome fantasia do conselho já citado, se existente –, fazendo com que tenha a mesma função, destacando a participação da sociedade civil organizada neste espaço, no que Victor (João Pessoa) expõe claramente sua composição. Já no **AGB E A REFORMA URBANA II**, a demanda de participação foi, sobretudo em busca de conhecimento sobre o tema, mediante sua discussão ainda ser muito recente e inicial, muito embora isso não seja considerando ponto negativo pela coordenação, e também como foi considerado na apresentação de Letícia da UFMG que enfatizou um debate sobre as ações da AGB em casos comparados às cidades pequenas, médias e metrópoles com a sociedade civil organizada no sentido de aprender



Associação dos Geógrafos Brasileiros

sobre a constituição do conselho do plano diretor, Leila da UFMG destacou que veio para procurar estabelecer uma relação entre a teoria e a prática e mencionando a ausência de debates a respeito da temática em pauta nos EDP's, Arlete, (Campinas) é a representante da AGB no Conselho Nacional das Cidades sintetizou dizendo que é preciso pensar o rural e o urbano de forma integrada e tirá-los das caixinhas, destacou também a presença da AGB no Fórum Nacional de Reforma Urbana na proposição de eixos para análise e compreensão incisiva da problemática urbana e rural e de suas relações e, tratando dos Conselho Nacional, Estaduais e Municipais das Cidades, destaca que precisam ser deliberativos, que por sua vez implica orçamento, por isso não foi aprovado, Léia da Escola Pública de Joinville possui especialização na área e destacou que sua cidade passa por um intenso processo de verticalização, Rozenildo do Acre é graduado em Geografia e tem interesse em aprender as relações do rural e do urbano no sentido de aplicar na formação urbana da Amazônia, enquanto Renato da UFMG tem a preocupação de entrar em contato com as políticas de planejamento urbano no processo de elaboração dos planos diretores municipais, já Ana Paula de Cuiabá, UFMT, tem o interesse em discutir a temática urbana e rural na sua dissertação de mestrado, enquanto Luciana de Duque de Caxias é caloura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e tem interesse pela temática urbana e rural, assim como é o caso de Rosana também aluna da Federal Rural do Rio de Janeiro que gosta do tema, Gustavo é de Cáceres MT, tem interesse pelo tema esta estudando geomorfologia fluvial disse que sua cidade é de margem de rio entende que sua formação pode contribuir muito, no entanto Cáceres tem 90 mil habitantes e ainda não tem plano diretor, Gisela da UFMG veio para conhecer o Grupo de Trabalho, Ailson e de Recife da UFPE, trabalha no mestrado com a questão urbana e rural e chama atenção dos presentes para essa temática, Jorge da Seção da AGB Viçosa veio ao primeiro ENG para aprender sobre plano diretor, Michel da UFRGS, auxiliou na relatoria do GT II e participou com o intuito de conhecer o plano diretor do ponto de vista de uma análise espacial, Willian da AGB Belo Horizonte participou da Conferência Municipal das Cidades de Belo Horizonte e disse que o núcleo de urbana da UFMG estará sediando o Simpósio Nacional de Geografia Urbana em 2011, Emilio da PUC do Rio Grande do Sul foi o relator do GT II estuda o sexto período de Geografia e disse que a disciplina Geografia Urbana é do sétimo período, mas chama atenção dos geógrafos para importância da temática, Joseli também da PUC RS, trabalha com áreas urbanas em Viamão RS e faz a relação com os territórios da cidadania, Falcão de Uberlândia é professor da UFU mora a 23 anos em Uberlândia depois de ter passado 10 anos em Manaus e conhece bem a importância de ver o município com território dentro do contexto do rural e do urbano, Gerson de Florianópolis gosta do tema e faz mestrado em Desenvolvimento Regional e Territorial, a monitora do GT Ana Maria da UFRGS faz pesquisa em Geografia Física, mas entende a importância da temática porque já esteve presente em ocupação dos sem teto em Porto Alegre é da luta e entende que a população que mais sofre é os favelados e os trabalhadores de baixa renda que habitam as cidades, já Ana Carolina da UFMG tem interesse pelo assunto na sua interface rural urbana e urbana rural, Luciana também da UFMG destacou que gosta do tema agrário mas percebe que tem muito do urbano no rural, Bianca do UFMG, tem interesse pelo urbano e o rural por perceber que no seu trabalho sobre a região metropolitana de Belo Horizonte tem muito do rural no urbano, para finalizar as apresentações Amanda da UFMG destacou que estuda a temática exatamente pela relação entre o rural e o urbano e o urbano e o rural. Victor (João Pessoa) relatou o processo da Paraíba – o conselho já foi criado anteriormente, mas há dificuldades com o Poder Executivo e Legislativo. Consegue-se construir os acordos, mas devido a diferenças políticas há um travamento das propostas. Jaime Rodrigues (Porto Alegre) aponta no aspecto representativo formal há uma perda em todas as propostas e o fator determinante da perda política é decorrente da concepção do projeto de cidade, sendo o exemplo de Porto Alegre com



Associação dos Geógrafos Brasileiros

uma política de exclusão da população do centro para a periferia, discorrendo sobre uma AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) próxima à restinga, existindo áreas com 20 mil pessoas e, mais adiante, mais três com mais 20 mil pessoas. Ressalta que precisamos de espaços de debates e a participação em conselhos são extremamente importantes, mas que precisamos ir para além disso. Relata um segundo exemplo, de empreendimentos nas margens do rio Guaíba. Herculano (Campina Grande) expõe a dificuldade em estabelecer diálogo sociedade civil e difícil em saná-lo e dificuldades em se inserir na IV Conferência Municipal das Cidades. Destaca o abandono do Poder Legislativo na IV Conferência Municipal das Cidades e sua utilização pelo Vereador Antonio Pereira como palanque político. Ainda de acordo com Herculano (Campina Grande), na AGB se tenta levar a discussão a sociedade civil para solucionar a questão do diálogo, abordando questões como infraestrutura, marginalização, valorização fundiária, etc. Desirée (Niterói) faz o reconhecimento ao trabalho da Arlete (Campinas) na coordenação da relatoria na IV Conferência Nacional das Cidades. Destaca a AGB na composição de todas as chapas como titular para a próxima gestão do referido conselho, propondo necessidade de se pensar tal participação, reforçando o papel da geografia na formação do indivíduo como cidadão participativo e um ser capilarizado na sociedade, por meio das escolas. Focando o Estado do Rio de Janeiro, Desirée prossegue falando que a Conferência Estadual das Cidades, considerando desorganizada, ruim e ainda alega que parte da sociedade civil não pode ser inscrita, evidenciando falta de compromisso dos governantes, seja no Governo Rosinha Mateus – que a Conferência foi chamada pela sociedade civil –, seja no Governo Sérgio Cabral – em que tal conselho ficou definido conselho deliberativo, mas não foi implementado. Arlete (Campinas) informa que o documento elaborado como representante do Conselho Nacional das Cidades está no site da AGB e aborda as demandas e propostas dos Estados na realização do evento. Discorre sobre a importância destes momentos institucionais como lugar das demandas – além dos referidos conselhos, o Fórum Urbano Mundial, organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) – em uma democracia representativa e contando/propondo com a ampliação da participação, como também sobre momentos paralelos e populares, como o Fórum Social Urbano. Este último foi muito importante e dentre as figuras que marcaram tivemos David Harvey marcando presença como geógrafo, permitindo ver como temos a capacidade de atuar politicamente e encerra Arlete (Campinas) justificando a realização tardia da Conferência Estadual das Cidades no Rio de Janeiro devido a estes eventos e ao desastre em Angra dos Reis, pedindo o Governo autorização para realizar depois e foi autorizado pelo Conselho Nacional. Felipe (Fortaleza) expõe que na Conferência Municipal foi aprovada a formação do Conselho das Cidades, ficando o Conselho Municipal de Habitação iria se transformar em uma câmara técnica de habitação dentro do Conselho Municipal das Cidades, ainda não sancionado mediante interesses políticos, vinculando-a à criação do Instituto Municipal de Desenvolvimento Urbano. Fabiana (São Paulo) apontou que houve uma mesa no SIMPURB que pretendeu expor um dos debates do Conselho Nacional das Cidades sobre fragmentação administrativa e que atualmente está em tramitação para se pensar os critérios de criação dos municípios. Felipe (Fortaleza) propõe, na mudança de pauta dentro das atividades do GT, tentar contemplar os planos diretores municipais e até que ponto pode participar propositivamente, avaliando até que ponto está sendo construídos, como estão sendo implantados. O Plano Diretor, no entanto, é apenas um momento; Felipe encerra a fala provocando: até que ponto pode contribuir para superar? Victor (João Pessoa) corrobora que o objetivo do GT é ampliar o grupo para que a AGB possa atuar de forma mais efetiva e consistente e estimulando também a ação das locais em seus estados, levando propostas para enfrentar estes problemas nas particularidades de cada lugar. Desirée (Niterói) afirma que nos planos diretores – espaço fundamental a ser ocupado – a AGB deve participar cada vez mais, da mesma forma que o arquiteto toma este



Associação dos Geógrafos Brasileiros

espaço e é socialmente aceito. Prossegue ela afirmando que as propostas devem estar fundamentadas sobre reflexões e que é preciso ter trabalhos sobre plano diretor na Geografia, ampliando a reflexão e qualificando o produto e o debate; avalia que o Plano Diretor, mesmo enquanto espaço de luta, é apropriado pelo mercado, pelo capital e atende o setor e os profissionais que estão interessados nisso. Finaliza questionando a necessidade de compreender a legislação urbanística para a compreensão destes planos já que as questões perpassam isto, sendo ainda isso uma dificuldade/negação à Geografia. Jaime (Porto Alegre) fala que existem pessoas que não são advogados e dominam a lei, fazendo-se presente na justiça e conseguindo abrir processos. Para ele, existem fenômenos fundamentais como a expectativa de erradicação de favelas por meio de investimento do governo federal e a habitação popular, merecendo esta solução ser discutida. Aborda também a incorporação destes programas de urbanização de favelas à área urbana consolidada em meio a investimentos que consolidam os grandes edifícios, propondo necessidade em verificação dos canais de participação. Victor (João Pessoa) fala do uso e aplicação do plano diretor enquanto idéias mágicas, mas que sua aplicação pode efetivar problemas futuros, sendo referência o exemplo de Bogotá, sendo preciso entender que há outros problemas, cuja prática profissional – como na sala de aula – e a compreensão da lei vislumbrem universo de participação, observação e contribuição nas decisões e na efetivação. Felipe (Fortaleza) delinea como agir fora da burocracia, mas por meio dela, sendo um caso específico a Habitação de Interesse Social e os projetos atuais em voga nas cidades brasileiras por incentivo do Ministério das Cidades (MCidades), cuja implementação de políticas, planos e projetos não contemplam a redução do déficit habitacional, não discrimina quem vai ser contemplado e nem dá garantias à contemplação das minorias, em que o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) não contempla as áreas consolidadas e vai para as periferias urbanas, provocando periurbanização das elites e, ainda segundo ele, aponta que tal processo, com a Copa 2014, tende a ser mais agravado. Miriam (Porto Alegre) expõe que seu exercício profissional se dá em instituição que trabalha junto às prefeituras e verificou que em alguns eventos sobre a participação, os municípios tem dificuldade em aprovar o Plano Diretor e não há uma cobrança para ser aprovado. Outro caso são os técnicos da Prefeitura que não conhecem a legislação. Aponta o trabalho de empoderamento da população através de mobilização popular como mecanismo eficaz, fazendo com que as pessoas tomem conta do que a comunidade quer. Agnes (arquiteta, Vitória?) menciona o papel do arquiteto nos Planos Diretores, cabendo a eles e aos geógrafos debaterem a legislação, no tocante à função social da cidade; expõe o caso dos condomínios existentes nas periferias e no centro uma infraestrutura consolidada. Propõe ela elencar as experiências dos prédios centrais que deram certo e outros não e o travamento de um diálogo entre IAB e AGB. Arlete (Campinas) esclarece que no Conselho Nacional das Cidades o IAB e a AGB estão no mesmo segmento e outros arquitetos participam em outros segmentos. Plano Diretor nosso papel de atuar nos municípios que se cumpra o que esta no PD, ex SP mudar o PD retirando as moradias de interesse social. A função social da cidade existe desde 1946 e com o estatuto da cidade coloca que aquele que interessa a maioria e, há instrumentos para serem aplicados como o IPTU progressivo no tempo, mas existe o espacial. Propõe, a partir da exposição sobre cidades sustentáveis feita por Miriam, pensar o que é a história de sustentabilidade e cidade sustentável, em que, se pegar a contradição, nunca seremos sustentáveis porque esta sustentabilidade traz manutenção, sendo preciso mudar e não ser sustentável, sair do discurso do banco mundial e da sustentabilidade. Registra, no fim da fala, registro de reconhecimento a Iria Caharao, do MCidades. Angela (Porto Alegre) fala que houve revisão do Plano Diretor, que acabou não contemplando os instrumentos de recuperação de mais-valia de fazer a função social da propriedade da cidade e que antes já se tentou implantar o IPTU progressivo no tempo, barrado por outros interesses. Neste município,



Associação dos Geógrafos Brasileiros

tiveram experiências do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e exemplo, segundo ela maravilhoso, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) com moradia e convivência com participação. No conselho da cidade municipal e estadual participou. O pessoal da habitação foi muito receptivo. Ainda de acordo com Angela, a intenção ainda é “botar” o pobre longe e o poder público ainda fomentando infraestrutura aos donos dos vazios urbanos e, com isso, ganhar. Finalizando, acredita que faz diferença a participação popular lutando contra a especulação imobiliária, como o exemplo de remoção de população para construção de um estacionamento, onde se tenta ter concessão de uso; a participação popular tem afastado a violência. Arlete (Campinas) fala que há dissertação de mestrado focando MNLM e ocupação no Centro de Porto Alegre, sendo possível auxiliar em possíveis trabalhos de campo. Além disso, faz alguns esclarecimentos, focando: a formação de condomínios fechados – em discussão no congresso nacional; lei sobre uso do solo – todos os condomínios fechados murados são ilegais; MCMV e loteamento e não condomínio. O que convencionalmente se chama de condomínio fechado é loteamento murado e tira o direito de circulação das pessoas. Explica que o projeto de lei tenta regularizar sobre o nome de regularização de loteamento específico e não de interesse social, que fala de forma diferente da legislação do MCMV. Quando isto chegou para o Conselho discutir tinha os pares do GT para conversar quais os parâmetros da Proposta de Lei (PL) 30/97. Se fosse aprovado na Câmara haveria a legalização do ilegal de classe média. O que significa o loteamento murado para pensar a função social da propriedade e é necessário pensar para além disso. Pensar a cidade como direito e não o direito à cidade. Direito à vida e à riqueza. Jaime (Porto Alegre) denuncia que a cidade está sendo loteada e a violência está se espalhando por toda a cidade e dentro de todas as classes sociais. Júlia (?) propõe um curso de formação, cartilha e democratização destas informações. Victor (João Pessoa) lembra proposta tirada na IV Conferência de trazer os históricos de atuação das seções locais neste tema. Arlete (Campinas) declara que queremos ampliar o grupo que vai trocando as informações e adverte o que está ocorrendo, justamente sendo este o objetivo do GT de hoje. Desirée (Niterói) complementa a proposta de Júlia: ter uma oficina para participar destes fóruns e tipos de conselhos, que sejam nas seções locais, sendo necessário pensar como fazer. Arlete (Campinas) alerta que, se não tem seção local, pode-se viabilizar a informação por outros vínculos. Felipe (Fortaleza) faz a proposta de sentar e levar uma carta documento para plenária congregando todas as falas, mencionando como as seções locais podem agir nas comunidades ou como ter um apoio para outra seção da AGB, também refletindo na questão de funcionamento. Fábio (Viçosa), contemplado por Felipe, continua o raciocínio afirmando que em Viçosa/MG a universidade é indutora da expansão da cidade; destaca que a seção local é pequena e a AGB é majoritariamente tocada pelos alunos e alguns professores, de maneira que os estudantes de graduação querem saber o que a AGB faz e a partir do histórico faz com que eles se interessem, mas a partir das propostas como as expostas isto pode fomentar o debate e nos qualificar para atuar junto à comunidade. Finaliza falando que, como estudante, acredita ter caráter transitório e, assim, há dificuldade em sair dando um passo atrás. João Pedro (Porto Alegre, no centro acadêmico) propõe atuação em caráter de conjuntura urbana com intervenções performáticas e articuladas à estrutura de ideia do Conselho das Cidades e que não estava a par inteiramente e também propondo projeto de extensão com oficinas e juntamente visando o coletivo – Coletivo de Apoio à Reforma Urbana – para mobilização e ações concretas. Felipe (Fortaleza) propõe amadurecer estas propostas para transformar como um incentivo às demais localidades do país, haja vista a compreensão de convergência das propostas e firmando em estrutura de um grupo coletivo, atividade de extensão ou uma escola vinculada ao GT de Urbana da AGB que ao mesmo tempo propusesse atividades de capacitação das seções locais como atividade política social nas comunidades. Do mesmo modo, apareceram propostas semelhantes no outro ambiente, destacando



Associação dos Geógrafos Brasileiros

requerimento de cursos de extensão para a compreensão da temática urbana e criação de cursos de Geografia especial visando contemplar favelados/as. Vitor (Espírito Santo) propõe dar andamento e fortalecer este GT para o próximo ENG, pondo como proposta a manutenção deste GT para o próximo ENG. Victor (João Pessoa) esclarece que este GT é permanente da AGB, pois faz parte da política da entidade, já que aqui sai algumas de suas diretrizes. Desirée (Niterói) propõe articulação potencial com as escolas a temática da reforma urbana, devendo estar contemplada em algum momento da educação – no currículo escolar. Arlete (Campinas) disse que estará cobrando no MEC, mas também colocando esta questão para cada Estado. Victor (João Pessoa) faz destaque em relação à educação conforme as especificidades locais, de cada estado. Felipe (Fortaleza) corrobora que a AGB é uma das poucas entidades que tem a preocupação com a educação, propondo as atividades da AGB de dentro – seções locais – e para a fora – sociedade. Victor (João Pessoa) destaca a tirada de propostas importantes: fazer uma carta com os dois GTs; o debate sobre a forma de participação no Conselho Nacional das Cidades, ficando a posse apenas a partir de julho de 2011; amadurecer a discussão para a próxima gestão no Conselho quanto ao rodízio ou não de pessoas para formação e fortalecimento da militância ou outra proposta; edição especial da Terra Livre enfatizando as dinâmicas locais, no que tange à IV Conferência Nacional das Cidades e suas etapas municipais e estaduais, com envio de artigos sobre o que ocorreu e está ocorrendo. Falcão (Uberlândia) rememorou o que veio do GT em 2008 – a construção irá acontecer tanto do ponto de vista individual ou coletivo existindo ou não a seção da AGB e ele a vê como algo em movimento; relata o empenho daqueles que estão fazendo o ENG e isto é muito bom para além de um encontro acadêmico e científico, mas é um momento que se dispõe em encontrar para expor o entendimento das questões, apresentar suas idéias e alinhar as questões no papel ou no computador. Finaliza afirmando que não adianta reclamar que a AGB não faz, mas se AGB esta aí ela é nossa vez, é nossa voz. Aí temos que fazer! Desirée (Niterói) faz avaliação do último GT para fazer moção de repúdio ao Governo do Rio de Janeiro em defesa da APA e hoje isto consta no Ministério Público e se torna um dos documentos a serem apresentados. Há um abaixo assinado para criação de parque e com a assinatura da Alexandrina como presidente da AGB e esta auxiliando em diversos fóruns. Pergunta, encerrando a fala: será que não seria o momento de se posicionar nacionalmente? Herculano (Campina Grande), acerca da questão habitacional de Campina Grande, aponta problemas diante a Secretaria de Planejamento: preocupação com a política habitacional, pensando para quem é direcionada, procurando discuti-la conjuntamente à Reforma Urbana. Sandes (Brasília), a respeito da capital federal, discorre sobre o plano diretor antigo, sendo este melhor que o atual, claramente voltado ao mercado imobiliário; expõe a valorização do metro quadrado em Brasília e o relaciona com o déficit habitacional e provoca: mas no plano piloto ainda pode construir 20 mil unidades habitacionais. Um plano diretor novo é bom ou ruim? Propõe aproveitar o e-mail do grupo para divulgar materiais locais. Felipe (Fortaleza) cita o exemplo de Teresina – formação de um loteamento a 17 quilômetros do Centro para população de maior poder aquisitivo, vislumbrando valorização desta região; reflete sobre a periurbanização e como a Copa de 2014 irá alavancar estes processos de desapropriação, remoção, etc. Questiona Felipe: até que ponto se pode discutir a política de remoção associada à habitacional? Como devemos nos posicionar em relação à Copa do Mundo? Como politicamente podemos agir sobre um processo de reflexão? Como o Rio de Janeiro pode contribuir politicamente pela experiência de ter sediado o Pan de 2007 e como ficará, contando ainda com a realização das Olimpíadas? Há o encaminhamento de se pensar e debater estes pontos pelas redes hoje constituídas na comissão de urbana e de convergir debates urbanos que permeiem a política de remoções. Desirée (Niterói) propõe debater colocar o ressurgimento das remoções no Brasil e a elaboração de um documento com posicionamento



Associação dos Geógrafos Brasileiros

político sobre a questão das remoções. Victor (João Pessoa) expõe intervenções na orla de João Pessoa com grandes prédios levou a problemas que atingem a saúde e conforto térmico da população que estão mais ao interior. Tentou-se colocar este problema, mas não se obteve acordo para questionamentos, como a invasão de mangue – loteamento inteiramente inserido nesta área sendo portanto legal. Angela (Porto Alegre) enfoca direcionamento do quanto o capital se apropria da cidade. Desirée (Niterói) propõe que a AGB possa tirar os documentos que precisam ser publicizados para serem apresentados já na plenária final, em forma de moções. Victor (João Pessoa) aponta dois eixos principais: moção sobre política habitacional e outro sobre política de remoções decorrentes da implantação de infraestruturas, sendo ao final deliberado pelo coletivo constituinte do GT a construção de apenas uma moção referente à capacitação d@s conselheir@s das cidades nas instâncias municipal, estadual e federal, como também a comunidade em geral sobre a política urbana.

Apresentamos abaixo, coletiva e conjuntamente, enquanto Grupos de Trabalho **AGB E A REFORMA URBANA I** e **AGB E A REFORMA URBANA II**, o encaminhamento de propostas, que são:

- 1. Consolidação de trabalho de extensão coletiva inserida no GT de Urbana – Coletivo de Apoio à Reforma Urbana –, em formato de Escola, que objetive, para a compreensão da temática urbana, tanto capacitação técnica e teórica das seções locais quanto na promoção de atividades sociais às comunidades e favelas –, cujo direcionamento é atuar em caráter de conjuntura por meio de performances e intervenções, bem como estruturalmente, em forma de oficinas, artigos e debates;**
- 2. Propor oficinas da AGB de formação para atuação junto a comunidades e mesmo aos geógrafos veiculando as informações das seções da entidade com o objetivo de integrar, debater e consolidar a democratização das informações aos geógrafos do território nacional;**
- 3. Propor documento posicionando a entidade em relação às políticas de remoção da população atingidas por instalação de infraestruturas, seja para eventos (Copa do Mundo, Olimpíadas), seja em decorrência das chuvas ou outro evento que os incitam;**
- 4. Formulação de cartilha (ou documento) de formação para esclarecimentos sobre política urbana, agregando experiências;**
- 5. Elaborar documento para apresentar o histórico de participação das seções locais nas Conferências das Cidades;**
- 6. Propor articulação com escolas para o debate do tema sobre a reforma urbana;**
- 7. Propor um documento que apresente a necessidade da temática urbana no currículo escolar de ensino fundamental e médio para os três entes da federação (municípios, estados e união);**
- 8. Articular nos instrumentos de rede existentes na AGB um debate amplo sobre a participação da AGB no Conselho Nacional das Cidades;**
- 9. Divulgar por meio das redes da AGB materiais que tratam da temática urbana.**
- 10. Criação de uma biblioteca virtual acessível e gratuito;**
- 11. Que as seções locais repassem aos/às seus/suas associados/as as propostas construídas durante as ações de grupos de trabalhos;**
- 12. Necessidade de resgate de associados/as em participação socializada.**

**GT AGB E A REFORMA URBANA I
GT AGB E A REFORMA URBANA II**